

Dois terços dos clubes já têm investidores estrangeiros

➔ Há 22 equipas nas ligas profissionais de futebol que já têm capital vindo de fora ➔ Americanos lideram compras e vão **até às divisões distritais** ➔ Clubes nacionais são baratos face à concorrência europeia ⁶⁶

QUEM MANDA NO FUTEBOL DA I LIGA?



Dinheiro Donos das equipas profissionais já quase não falam portugueses. Tendência cresce da Primeira Liga até aos distritais

Só um terço dos clubes não tem investidor estrangeiro

Textos GONÇALO ALMEIDA

ra o último jogo do campeonato. E a última vez que o Beira-Mar, clube histórico de Aveiro, participava na I Liga de futebol. Estávamos na temporada de 2012/13 e a derrota em casa por 1-4 frente ao Sporting selava a despromoção. O desfecho da época contrastava com a esperança injetada na temporada anterior pelo empresário iraniano Majid Pishyar, que tinha adquirido 85% da Sociedade Anónima Desportiva (SAD).

Pishyar não era um estreante em promessas. No Admiria Wacker, clube austríaco a que presidiu anos antes, prometia transformá-lo no "novo Manchester United", mas acabou por levá-lo a duas despromoções e a deixá-lo à beira da falência. Aos

jogadores do Beira-Mar, segundo a imprensa, prometeu um Porsche, que nunca chegou. Mas o clube acabou por cair a grande velocidade: despromovido em 2013, afundar-se-ia depois em dívidas até desaparecer dos escalões profissionais.

A história do futebol português está recheada de exemplos mal-sucedidos de investidores estrangeiros que acenaram com dinheiro e sonhos e deixaram os clubes perto da ruína. Foi assim na União de Leiria, cuja SAD passou em 2015 para as mãos do russo Alexander Tolstikov. E foi assim no Boavista. Sob o controlo do luxemburguês Gérard Lopez, o campeão nacional de 2001 acumulou dívidas, sofreu sucessivas proibições de inscrever jogadores, foi alvo de buscas da Polícia Judiciária e acabou despromovido e à beira da extinção na época passada.

Mas a história ficaria incompleta se fosse resumida aos negócios desastrosos. Hoje é mais exceção

do que regra. Das 33 equipas que disputam as duas ligas profissionais (I e II Liga) em 2026/27 — excluindo as equipas B, que pertencem às SAD dos grandes —, cerca de duas em cada três têm capital estrangeiro na sua estrutura. Dito de outro modo, só um terço dos clubes escapa a esta tendência.

Na I Liga, sete clubes são hoje controlados de forma maioritária por investidores estrangeiros. Do

VALORES DE AQUISIÇÃO VARIAM ENTRE €30 E €40 MILHÕES, NA PRIMEIRA LIGA, ATÉ ENTRE €4 A €5 MILHÕES, NA LIGA 3

Famalicão, do israelita Idan Ofer, ao Moreirense, do norte-americano Bill Foley. A estes somam-se posições estrangeiras relevantes, ainda que minoritárias. Na Liga 2, o padrão repete-se e há investidores desde o México (Chaves) à Nigéria (Feirense).

Porque é que Portugal atrai?

"Portugal é um país onde se consegue comprar clubes mais baratos, com algum investimento ainda por fazer em infraestruturas. Mas consegue-se adquirir a maioria de um clube em Portugal por um valor que não dava para comprar um clube da 4ª ou 5ª divisão em Inglaterra", resume Fernando Veiga Gomes, sócio da Abreu Advogados e responsável pela área de direito do desporto, que assessorou dezenas destas operações.

Excluindo os três grandes (Benfica, Porto e Sporting), o Braga e o Vitória, um clube da I Liga com infraestruturas minimamente organizada vale, segundo Veiga Gomes, entre €30 e €40 milhões. Um clube da Liga 2 ronda os €10 a €15 milhões. E um da Liga 3 apenas €4 a €5 milhões. "Há um salto muito grande na subida de divisão, o que torna muito atraente comprar clubes de divisões inferiores", explica. Alógica do investidor é simples: comprar em baixo, investir um ou dois milhões em duas ou três épocas, subir de divisão e vender com mais-valia ou manter um ativo valorizado.

É por isso que o investimento estrangeiro deixou de ser exclusivo da elite e começou a descer a pirâmide. A Abreu tem assessorado negócios em escalões muito abaixo do profissional, como o Cascais, na 5ª divisão, comprado por capital norte-americano, o Real Massamá e a Ovarense, também com investimento dos EUA, ou o Sintrense, adquirido por um alemão.

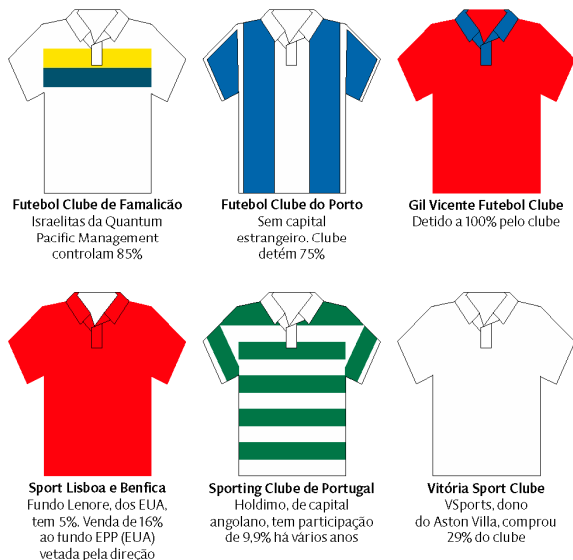
Este apetite não é uma singularidade portuguesa, mas o reflexo de uma mudança de paradigma no futebol europeu. "O modelo clássico da associação desportiva é uma realidade que tem cada vez menor expressão na Europa", nota o professor do ISEG e especialista em gestão de clubes de futebol António Samagaio. Portugal, "uma liga que, em termos desportivos, está logo a seguir às Big Five [Inglaterra, Espanha, Alemanha, Itália e França]", com qualidade de instalações,

competências técnicas e jogadores, tornou-se um destino natural desse capital. Muitas vezes, acrescenta, juntam-se duas vontades: a de quem tem capital e procura retorno e a de clubes em dificuldades financeiras que veem no investidor a única forma de sobreviver.

Nalguns casos o que atrai estes investidores não é apenas cada clube por si, mas a possibilidade de os agrupar. A chamada multipropriedade, com vários clubes sob o mesmo dono, em países diferentes, é hoje uma das tendências mais fortes do futebol mundial, e os números do crescimento são vertiginosos. Segundo o relatório de investimento da UEFA, no final de 2025 havia mais de 345 clubes em todo o mundo integrados numa estrutura de multipropriedade, contra menos de 60 há dez anos. Um terço dos donos são norte-americanos. Dentro das cinco grandes ligas, cerca de 42% dos clubes estavam sob multipropriedade até ao final da época de 2024/25.

Veiga Gomes descreve dois grandes modelos. Um mais centralizado, "do género do City", com um clube de topo (o Manchester City) no vértice de uma pirâmide de outros clubes. E outro mais horizontal, virado para a produção de talento, "do género da Red Bull", com o Salzgitter (Áustria) e o Bragantino (Brasil) a alimentarem o mesmo circuito.

Portugal não é exceção. O Vitória de Guimarães, participado pela V Sports, do universo do Aston Villa, já foi obrigado, para poder disputar a Liga Conferência de 2023/24 ao mesmo tempo que o clube inglês, a demonstrar independência de gestão perante a UEFA. O Académico de Viseu, que subiu à I Liga esta época, é controlado pela HOBRA, uma sociedade da esfera de Dietmar Hopp — dono do Hoffenheim, na Alemanha —, que integrou o clube visense num circuito de circulação de jovens jogadores com o Hoffenheim e o brasileiro Barra FC.



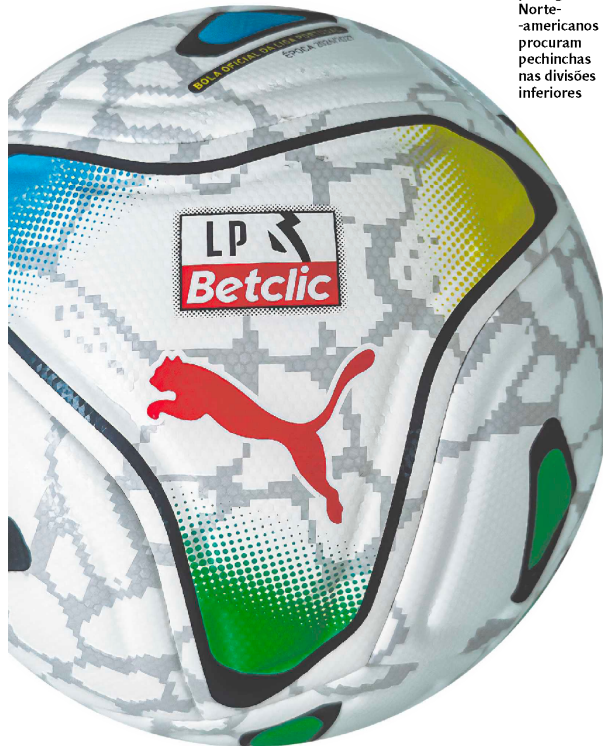
Este dinheiro traz oportunidades, mas também riscos, e não são apenas os do passado. Para Maria de Fátima Ribeiro, professora de Direito na Universidade Católica do Porto e especialista em sociedades desportivas, o problema “não é tanto o investimento estrangeiro em si mesmo, mas os termos em que é negociada a entrada desse investimento” nas sociedades desportivas. Há a questão da identidade dos projetos, mas há também zonas mais sensíveis. António Samagaio lembra que a natureza do desporto torna a supervisão indispensável, realçando que um dono de vários clubes pode ter a tentação de manipular transferências entre

eles, e há “um fenómeno que não pode ser ignorado, que se prende com o branqueamento de capitais e a viciação dos jogos”.

Nada disto é exclusivo de Portugal, e a maioria das novas operações nada tem a ver com os descalabros de Aveiro, Leiria ou do Bessa. Mas os casos que correram mal mostraram que, quando o dinheiro entra sem que se saiba bem de onde vem nem o que procura, é o clube e os seus adeptos que ficam para pagar a conta. A vaga de capital estrangeiro é, dizem os especialistas ouvidos, irreversível. A dívida é se a fiscalização conseguir acompanhar o ritmo a que ele entra.

galmeida@expresso.im.prensa.pt

Capital estrangeiro tem inundado futebol português. Norte-americanos procuram pechinchas nas divisões inferiores



QUATRO PERGUNTAS A...

Paulo Lopo

Presidente do Estrela da Amadora

O Estrela está em processo de venda a um grupo alemão. Em que ponto está?

Nós somos muitas vezes abordados sobre a possibilidade de venda. Naturalmente, 99% das vezes não significa nada. As abordagens são tantas que hoje também fazemos as nossas diligências para saber se os interessados têm, ou não, capacidade de compra. Este grupo alemão surgiu através de um empresário com o qual o Estrela tem relações e existe uma forte possibilidade de avançar. Estamos em fases finais e tudo indica que há condições para concretizar, mas são processos demorados — este já leva oito meses. Esperamos que fique fechado em breve, até final de setembro ou outubro.

Vai manter-se na presidência?

Não me vou manter como presidente. Assim que a venda estiver concluída, saio. O meu ciclo finda com a cedência. Estudei no colégio da Amadora, acompanho o clube desde criança. Quis recuperá-lo e esta etapa da recuperação está no fim: levei-o até onde consegui. Agora, o Estrela terá de ter outro tipo de apoio financeiro, porque o futebol português pertence cada vez menos aos portugueses.

E como avalia esse facto?

É irreversível. Até os grandes têm de se internacionalizar, senão serão engolidos ou perderão expressão na Europa. Mas é preciso preservar os clubes com adeptos. Estamos a deixar perder clubes que têm gente e a substituí-los por clubes que não têm ninguém. É fundamental que clubes como o Vitória de Setúbal, o Boavista ou o Beira-Mar voltem. Precisamos deles para termos dimensão e adeptos, porque isto é um espetáculo. Não dá para ter só 20 pessoas nos estádios.

É difícil para o Estrela competir sem esse músculo financeiro?

Aquilo que temos feito no Estrela é um milagre, porque lutamos contra multiclubes e grandes fundos de investimento. Nós temos de ser melhores no *scouting*: comprar a preço de saldo e vender por muito. Vendemos o Otávio por cerca de €5 milhões e temos dois ativos significativos que deverão sair ainda nesta janela de mercado. No ano passado fomos o clube que mais vendeu a seguir aos três grandes, o que permitiu gerar uma riqueza que não era expectável. É mais fácil acertar quando um jogador custa dois ou três milhões do que quando vem de borla.

Regulador abriu 30 processos por falhas de transparência

Passaram três anos desde que o IPDJ foi nomeado para vigiar quem manda no futebol. Mas admite dificuldades

Desde que passou a fiscalizar quem manda nos clubes, o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) abriu 30 processos de contraordenação por incumprimento das regras de transparência. Mas em três anos os casos não passaram da fase de instrução. Ao Expresso o regulador admite dificuldades de vigiar estruturas com ligações a várias jurisdições.

A monitorização, em particular, desse tipo de aquisições não é infalível nem está isenta de riscos, e consubstancia um desafio enorme”, esclarece. As declarações que recebe “beneficiam de uma presunção de boa-fé”. Muitos investidores “possuem estruturas muito complexas e com ligações a vários ordenamentos jurídicos (alguns deles de baixa tributação)”. Sempre que a avaliação de risco o justifica, remete os processos ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e à Polícia Judiciária. Questionado, recusa-se a dizer quem são os visados e quantos casos já seguiram esse caminho.

Os processos abertos pelo IPDJ nos últimos três anos continuam em fase de instrução

Antes da lei de agosto de 2023 ninguém no Estado fiscalizava as sociedades desportivas do futebol português. O novo regime, em vigor desde setembro desse ano, instituiu pela primeira vez uma entidade fiscalizadora (o IPDJ) e um regime mais transparente e idonidade. As sociedades passaram a ter de submeter declarações de compromisso de honra sobre a idoneidade dos titulares de participações qualificadas, a demonstrar “capacidade económica para o investimento e a procedência dos meios financeiros a utilizar” e a comunicar toda a cadeia de entidades a quem o capital deva ser imputado, até ao beneficiário efetivo. É neste último ponto que reside uma das falhas mais visíveis: no documento de transparência que a Liga Portugal publica o acionista de vários clubes surge identificado apenas como “pessoa singular”, sem nome, uma prática que o próprio IPDJ considera inadmissível.

Há, porém, uma fragilidade estrutural na própria lei. O regime de idoneidade para quem detém uma participação qualificada (5% ou mais dos votos) é, nas palavras de Fátima Ribeiro, professora de Direito na Universidade Católica do Porto, “simultaneamente muito exigente e extre-

mamente frágil”. Ao mesmo tempo que acumula requisitos vastos, “todos eles se consideram preenchidos com a mera submissão de uma declaração de compromisso de honra”, diz a também autora do livro “Comentário Crítico à Lei das Sociedades Desportivas”.

É aqui que entra o alerta mais sensível. António Samagaio, professor no ISEG que estuda há mais de uma década as contas do futebol português, lembra que a natureza do desporto torna a supervisão indispensável. Ao contrário de outros sectores, em que se procura eliminar a concorrência, no futebol, “para que exista competição, é preciso que haja concorrência”, e um dono de vários clubes pode ter a tentação de manipular transferências entre eles. A isso soma-se, diz, “um fenómeno que não pode ser ignorado, que se prende com o branqueamento de capitais e a viciação dos jogos. O futebol pode ser uma atividade suscetível a este tipo de práticas”.

Nenhuma das fontes aponta a lei como o problema. “As exigências legalmente estabelecidas são vastas”, resume Fátima Ribeiro, “a eficiência das regras depende essencialmente da atuação e dos meios utilizados pelas entidades fiscalizadoras”. A lei obriga os clubes a identificar os donos efetivos: a questão é se essa identificação está mesmo a ser feita.

Europa ainda longe

Segundo um levantamento da sociedade de advogados Schellenberg Wittmer, este ano as regras de 27 primeiras divisões europeias incluem testes de elegibilidade dos proprietários. O que distingue o modelo português é atribuir a fiscalização a uma entidade pública do Estado, quando, na maioria dos países, esse controlo está entregue às ligas ou federações. No resto da Europa, quem tem escrutinado é sobretudo a UEFA, e por uma via diferente da coíma: a exclusão das competições. O exemplo mais recente é o do Crystal Palace, despromovido em julho de 2025 da Liga Europa por violar as regras de multipropriedade, uma vez que o norte-americano John Textor (que tentou comprar ações do Benfica em 2022) detinha em simultâneo posições no clube inglês e no Lyon.

Mas o combate à opacidade da propriedade e à origem dos capitais continua a ser uma lacuna. Bruxelas tenta agora correr atrás do prejuízo com um novo pacote antibrancamento, que passará a tratar os clubes profissionais como entidades obrigadas em matéria de prevenção do branqueamento, com aplicação faseada até ao final da década. Só aí, e pela primeira vez, o sector terá deveres de diligência equiparáveis aos de um banco.